

Interseccionalidade das políticas públicas de esportes para pessoas com deficiência

RESUMO

A interseccionalidade é uma ferramenta de análise da realidade. O trabalho tem como objetivo avaliar a presença de ferramentas analíticas interseccionais em artigos que tratam de políticas públicas de esporte para Pessoa com Deficiência (PcD) no Brasil nos últimos 10 anos. De abordagem qualitativa, foram investigados 10 artigos no Portal de Periódicos da CAPES. Entre as publicações analisadas, nove apresentam ideias centrais da interseccionalidade. A perspectiva de movimentos sociais, Leis e estudos acadêmicos de áreas ligadas à PcD pode ter influenciado a produção sobre o tema. Outros estudos precisam ser realizados.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública; Esporte; Pessoa com deficiência; Enquadramento interseccional

Lia Polegato Castelan

Mestre

Instituto Federal do Sul de Minas,
Campus Muzambinho,
Muzambinho, MG, Brasil

lia.castelan@ifsuldeminas.edu.br

<https://orcid.org/0009-0009-7795-4869>

Diego Alves Ribeiro Queiroz

Mestre

Universidade de Campinas,
Faculdade de Educação Física,
Campinas, SP, Brasil

diegoribeiro577@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9827-5277>

Edison Duarte

Doutor

Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação Física,
Campinas, SP, Brasil

edison03@fef.unicamp.br

<https://orcid.org/0000-0003-4337-8065>

Intersectionality of public sports policies for people with disabilities

ABSTRACT

Intersectionality is a tool for analyzing reality. The study aims to evaluate the presence of intersectional analytical tools in articles that deal with public sports policies for People with Disabilities in Brazil over the last 10 years. Using a qualitative approach, 10 articles were investigated in the CAPES Journal Portal. Among the publications analyzed, nine present central ideas of intersectionality. The perspective of social movements, laws and academic studies in areas related to People with Disabilities may have influenced the production on the subject. Further studies need to be carried out.

KEYWORDS: Public policy; Sport; Disabled persons; Intersectional framework

Interseccionalidad de las políticas públicas deportivas para personas con discapacidad

RESUMEN

La interseccionalidad es una herramienta para analizar la realidad. El trabajo tiene como objetivo evaluar la presencia de herramientas analíticas interseccionales en artículos que abordan políticas públicas deportivas para Personas con Discapacidad (PcD) en Brasil en los últimos 10 años. Mediante un enfoque cualitativo, se investigaron 10 artículos en el Portal de Revistas Periódicos de la CAPES. Entre las publicaciones analizadas, nueve presentan ideas centrales de interseccionalidad. La perspectiva de los movimientos sociales, el derecho y los estudios académicos en áreas vinculadas a las personas con discapacidad pueden haber influido en la producción sobre el tema. Es necesario realizar otros estudios.

PALABRAS-CLAVE: Política pública; Deporte; Personas con discapacidad; Marco interseccional

INTRODUÇÃO

Minha sensação, e me corrija se eu estiver errada por favor, é que a senhora nasceu, cresceu e viveu um pouco de todas as desigualdades e hoje a senhora combate todas elas. Então, a senhora é um pouco diagnóstico e prognóstico, sabe?¹ (Pires, 2024)”

A interseccionalidade é uma ferramenta de análise da realidade, amplamente adotada na academia, nos movimentos sociais, em estudos de políticas públicas locais e globais, por pessoas que procuram soluções complexas para problemas sociais e por ativistas do mundo todo. Interseccionalidade é uma forma de entender, explicar e intervir na complexidade do mundo e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2021; MACHADO 2024). Tendo isso em vista, podemos dizer que ela é uma ferramenta que guarda em si um pouco de diagnóstico (análise) e de prognóstico (ativismo). A interseccionalidade propõe, para as análises e ações que busquem a superação das desigualdades, a articulação entre diferentes marcadores sociais da diferença, que são os diversos pertencimentos sociais de uma pessoa ou grupo (como raça, classe, gênero, capacidade, idade [geração] e religiosidade, entre outros aspectos), resultando em lugares de participação social e/ou econômica diferentes para indivíduos diversos (VENCATTO, 2014). Em outras palavras, a interseccionalidade reconhece que as questões estruturais ligadas a preconceito, opressão ou privilégios, lidas a partir de suas interações ou sobreposições, impactam pessoas e grupos de maneiras diferentes, dependendo de capacidade/deficiência, raça, gênero e outras categorias, fornecendo ferramentas para estudos mais complexos. Ela também reconhece em suas análises que um indivíduo pode pertencer a mais de um grupo social e que isso impacta sua posição na hierarquia de poder político e social, colocando os sujeitos em locais mais ou menos vulneráveis às mudanças econômicas globais, reconhecendo inclusive pessoas que lucram com elas (COLLINS; BILGE, 2021; WICKENDEN, 2023).

Existem três usos da interseccionalidade como ferramenta analítica: (1) para ilustrar as relações de poder de um cenário; (2) para reconhecer como as desigualdades econômicas são um problema social global que atinge indivíduos e grupos de maneiras e intensidades diferentes; e (3) para pensar em soluções que sejam complexas, multifacetadas e articuladas para problemas derivados de opressões e privilégios específicos. Juntos, eles elucidam as seis ideias centrais da interseccionalidade: “*a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade*” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 45). Esses temas se repetem nos estudos interseccionais, podendo adotar diferentes formas (COLLINS; BILGE, 2021).

¹ Trecho inicial do Podcast Desiguais, episódio 1: Mãe Beth de Oxum.

A *desigualdade social* é tratada como um problema complexo, reconhece-se que ela não tem causa única e atinge atores sociais de maneiras diferentes quando se considera classe, raça, orientação sexual e deficiência, por exemplo, em um quadro não de somatória dessas diferenças, mas sim de articulação entre elas em determinados contextos específicos. As *relações de poder interseccionais* buscam desvelar como as relações de poder são organizadas por meio de suas interações específicas, manifestas e reproduzidas por domínios de poder, quais sejam, poder estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal. As duas ideias apresentadas ajudam a compreender a terceira: o *contexto social*, que influencia nas análises e oferece lentes sobre a interseccionalidade em um contexto global, tomando cuidado de destacar os contextos nacionais ou particulares dentro da análise, sobretudo das análises feitas no Sul Global, por terem especificidades advindas da desigualdade social que podem representar dificuldades em alcançar públicos mais amplos, o que é comumente traduzido em menor importância nas relações de poder interseccionais (COLLINS; BILGE, 2021).

A *relacionalidade* afeta todos os aspectos da interseccionalidade, é encontrada em termos específicos (coalizão, solidariedade, diálogo, interação, entre outros) e abrange uma análise que examina uma interconexão entre os atores e as estruturas, indo do particular para o global e vice-versa, buscando diferentes ângulos para observação geral das questões a serem analisadas. Desta forma, a percepção sobre o fenômeno social a ser estudado passa a ser marcada pela *complexidade* de fatores e das respostas que podem surgir para a resolução deles. Reconhece-se, portanto, a complexidade do mundo e a necessidade de estratégias complexas para lidar com problemas sociais. A busca por estratégias de resolução de problemas sociais é uma característica dos estudos interseccionais, e o compromisso com *justiça social* influencia os estudos teóricos e a práxis ligadas a essa ferramenta investigativa, sobretudo em sua faceta mais ativista, ligada a movimentos sociais, (COLLINS; BILGE, 2021), entre os quais destacamos o movimento feminista e o movimento das Pessoas com Deficiências (PcDs).

A Pessoa com Deficiência (PcD), no Ocidente, foi marcada por séculos pelo estigma de ser um castigo divino, deixando-as isoladas, escondidas ou institucionalizadas, sem direitos sociais ou políticos. No século XIX surge o modelo biomédico positivista da deficiência, que à época representou um avanço ao retirar a questão da deficiência da esfera do místico e sagrado, e segue hegemônico até os tempos atuais. Esse modelo apresenta centralidade na lesão (perda ou anormalidade psico, fisiológica ou anatômica que afeta a estrutura ou a função) e na deficiência (a restrição ou perda resultante de uma lesão), usando esses dois conceitos como definidores da PcD. A deficiência passa a ser vista como um fato biológico e uma tragédia pessoal. A questão central do modelo biomédico é a de propiciar ao corpo não normativo cuidados específicos e reabilitação,

jogando para a esfera individual a responsabilidade pela opressão experimentada por PcDs (DINIZ, 2007; GOMES *et al.*, 2019).

Em contraposição ao modelo biomédico surge o modelo social da deficiência, cujas primeiras sistematizações se localizam nos anos 1970, no caldo dos movimentos pelos direitos civis. Esse modelo é formulado por PcDs e suas cuidadoras (mães), agregando novos atores, sobretudo dos movimentos feministas, mas também em diálogo com outros movimentos, como o antirracista e o classista. A síntese desse processo é um modelo de deficiência que incorpora à formulação teórica do modelo social, estudos e críticas feministas relacionadas a gênero, cuidado e interdependência. Esse pensamento usa deficiência como uma categoria para análises interseccionais, tal como raça, gênero, classe, idade, orientação sexual entre outros marcadores de opressão e discriminação social (THOMPSON, 2011; DINIZ, 2007; GOMES *et al.*, 2019).

Nestes estudos a deficiência não é considerada uma inferioridade natural de alguns corpos, causada por uma inadequação ou uma tragédia pessoal. A deficiência é afirmada como uma narrativa cultural de inferioridade, semelhante ao que entendemos de raça e gênero, por exemplo, em um sistema de classificação por capacidade/incapacidade que produz sujeitos e subjetividades, diferenciando e marcando os corpos a partir de premissas ideológicas que são culturalmente tomadas como biológicas e justificam um sistema de injustiças que legitima uma distribuição desigual de recursos e poder e um ambiente social e arquitetônico hostil a uma parcela da população (THOMPSON, 2011; WICKENDEN, 2023).

Estatísticas indicam que as PcDs estão mais sujeitas do que pessoas sem deficiência a sofrerem com desemprego, pobreza, violência, violência doméstica, isolamento social e coerção (BRASIL, 2023; GOODLEY, 2014). Quando colocadas em um contexto mais amplo, é possível verificar que mulheres com deficiência sofrem mais preconceito e isolamento do que homens, por exemplo. Neste cenário, onde marcadores sociais de opressão ou privilégio se inter-relacionam e se articulam, é importante lembrar que grupos sociais se beneficiam da opressão que as PcDs experimentam em suas vidas. Um corpo estatisticamente normal é eugenicamente naturalizado como corpo cidadão quando em confronto com o corpo deformado, aleijado, surdo, amputado, cego, entre outros. O corpo do homem médio é o corpo político que se beneficia da comparação com outros corpos possíveis na distribuição de poder e recursos em todos os aspectos da nossa cultura, inclusive na esfera da distribuição de recursos estatais (GOODLEY, 2014, GESSER; BLOCK; MELLO, 2020).

O reconhecimento da interseccionalidade na distribuição de recursos e nas políticas públicas voltadas às PcDs vem influenciando análises acadêmicas e o ativismo político de PcDs no Brasil, contribuindo para a qualificação dos investimentos sociais. A perspectiva interseccional tem ajudado a informar a elaboração de documentos oficiais e a construção de referências para políticas sociais

em áreas como educação, saúde, assistência social e justiça (GOODLEY, 2014; GESSER; BLOCK; MELLO, 2020; GOMES *et al.*, 2019).

O Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, construído a partir das discussões ocorridas na Convenção sobre os Direitos das PcDs, menciona sete vezes a palavra “gênero”, cinco vezes “pobreza” e faz cinco referências à idade como fator que particulariza a experiência da deficiência (três vezes a palavra “menina” e duas vezes “idade”). Da mesma forma, a Lei Brasileira de Inclusão da PcD (Lei 13.146 de 06 de julho de 2015) cita os termos “gênero”, “orientação sexual”, “idade”, “idoso”, entre outros marcadores sociais articulados a ideia de garantia de direitos às PcDs (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020 BRASIL, 2009; BRASIL, 2015).

Embora esses dispositivos normativos citados não usem a palavra “interseccionalidade”, nem citem referências dessa ferramenta analítica, ambos trazem elementos que apontam para a singularidade da experiência de deficiência em relação a gênero, classe social e idade (e são criticados negativamente por terem excluído as interações relacionadas à raça). O que nos informa sobre a característica interseccional dos documentos acima é o fato de que eles buscam dar visibilidade às consequências das interações dos marcadores sociais na vida e, portanto, nas demandas das PcDs (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020).

Collins Bilge (2021) afirmam que uma análise interseccional não precisa estar fundamentada em estudos teóricos específicos, mas precisa que se faça interseccionalidade em suas análises. Ou seja, para que um estudo seja interseccional, não é necessário que isso se anuncie no texto, mas é preciso que as análises sejam complexas, levando em conta os marcadores de opressão e privilégio de uma população, localizando-a em um contexto amplo de forças políticas que se estendem na história e na conjuntura. Desta forma, perguntamos: os artigos que tratam sobre política pública brasileiras de esporte para PcDs nos últimos 10 anos (2014 – 2024), apresentam uma visão interseccional em suas análises, ainda que essa posição não esteja formalmente declarada no artigo? Buscando responder a essa questão, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a presença de ferramentas analíticas dos estudos interseccionais em artigos que tratam de políticas públicas de esporte para PcDs no Brasil de 2014 a 2024.

MÉTODO

Tendo em vista o objetivo do estudo e de acordo com o referencial teórico adotado, utilizaremos o viés qualitativo como abordagem investigativa (MARTINS, 2004; CHIZZOTTI, 2008; CRESWELL, 2010). A pesquisa é do tipo descritiva (BOENTE; BRAGA, 2004; Gil, 2009) e reflexiva (Piccinini; Oliveira, 2009). E utilizaram-se as orientações da revisão de escopo para a presente

investigação (GRANT; BOOTH, 2009; WEEKS; STURDSHOLM, 2008; CLEMENTE; PERINI; CARDEL; MARTINEZ; ROSA; GAVRON, 2021) revisão de escopo ajuda a desvelar em uma área a presença ou não de determinados conceitos, sem o objetivo de avaliar a produção, mas sim de apontar tendências ao mapear um tema específico, identificando possíveis lacunas de conhecimento (GRANT; BOOTH, 2009; WEEKS; STURDSHOLM, 2008; CLEMENTE; PERINI; CARDEL; MARTINEZ; ROSA; GAVRON, 2021).

Foram selecionados artigos na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES. A escolha dessa base deve-se ao fato de que ela reúne todos os artigos publicados em periódicos nacionais, produzidos a respeito da temática que visamos investigar. O levantamento foi feito em maio de 2024 e utilizou os seguintes descritores: "Política Pública", "Esporte" e "Pessoa com Deficiência" (TULDER *et al.*, 2003).

Sediar os Jogos Paralímpicos de 2016, com equipes brasileiras em constante evolução nas competições mundiais que os antecederam, desperta olhares para o paradesporto e a atividade física adaptada como um todo. Esse contexto pode ter sido propulsor de políticas públicas e de projetos e programas de diversos órgãos voltados para o desenvolvimento do esporte adaptado (ANDRADE; ALMEIDA; ANDRADE; MONTEIRO, 2014; SANTOS *et al.*, 2022). Isso posto, a opção do recorte temporal levou em consideração o período de dois anos anteriores aos Jogos Paralímpicos de 2016 e o período posterior a ele, na expectativa de observar um possível legado nas políticas públicas.

Inicialmente, encontramos 24 artigos. Após a leitura de todos os textos e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 10 manuscritos na amostra final. Os critérios de inclusão foram: 1) ter como tema a política pública esportiva para PcDs; 2) estudos aplicados à realidade das políticas públicas brasileiras de âmbito municipal, estadual ou federal; e 3) ter sido publicado entre 2014 e 2024. Os critérios de exclusão foram: 1) estudos estrangeiros; 2) artigos cuja temática não tenha relação direta com as políticas públicas para PcDs; 3) estudos que tratam do esporte escolar; 4) estudos repetidos. Este processo está representado no fluxograma abaixo (figura1):

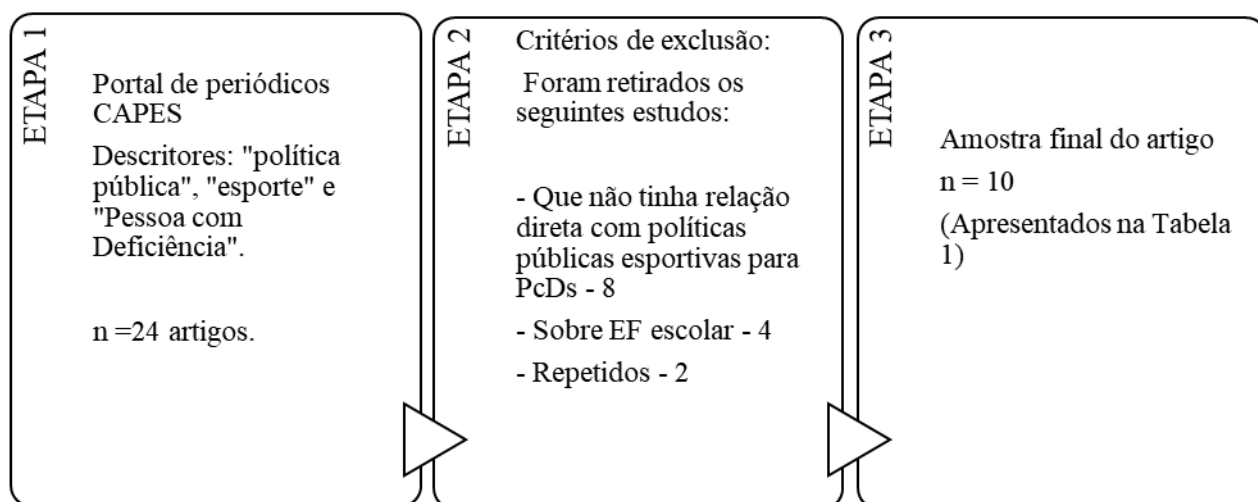


Figura 1: Fluxograma de seleção da amostra final (Construção dos autores)

Na amostra final, foram tabulados os dados referentes ao título, autoras/es, ano de publicação e filiação institucional, ano e periódico publicado, local de publicação e objetivo do trabalho, conforme apresentado na Tabela 1: Dados da amostra final do estudo.

Os artigos foram analisados buscando identificar se eles articulam o tema da política esportiva para PcDs com alguma das seis ideias centrais da interseccionalidade: *desigualdade social, relações de poder interseccionais, contexto social, relacionalidade, justiça social e complexidade*, e de que forma isso se expressa.

Tabela 1: Dados da amostra final do estudo

Nº	Título do artigo	Autores e vínculo institucional	Revista e ano
1	Política Pública de Esporte e Lazer para PcDs: Um Gap entre as Garantias Legais e a Materialidade do Direito	MENDES, M.M.; SILVA, G.P.A.; COSTA, L.A. UFMG	Licere, 2020
2	Políticas Públicas de Esporte e Lazer para PcDs	CARAVAGE, A.; OLIVER, F. C. UFSCar E USP	Movimento, 2018
3	Políticas públicas de esporte e lazer em parques e a inclusão da PcD	SILVA, J. V. P. da; SILVA, D. S.; SAMPAIO, T. M. V. UFMG e IFG	Licere, 2018
4	Satisfação de usuários do programa Superar: avaliação da política pública para PcDs	MACIEL, M.G.; MENDES, M. de M.; IVO, A.M.S.; VIDIGAL, J.M.V.; LÔBO, I.L. de B. UFMG	Motrivivência, 2023
5	Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para PcDs no Brasil: perspectivas para as Paralimpíadas Rio-2016	ANDRADE, A.C.; ALMEIDA, M.B.; ANDRADE, D.R.; MONTEIRO, C.B. EACH – USP	Gestão & Políticas públicas, 2014
6	O esporte na agenda governamental das políticas públicas para PcDs	PANCOTTO, H.P. UNICAMP	Conexões, 2017
7	Avanços na regulamentação da política de esporte e lazer para as PcDs	OLIVEIRA, D. da S.; COSTA, L. A. UFMG	Licere, 2021
8	Evolução histórica da participação do Brasil nos jogos paralímpicos de verão	SANTOS, L.G.T.F.; SOUZA, J.P.C. de; CAMPOS, L.F.C.de; FREIRE, JONAS; COSTA, A.M. da; CONRADO, M. LOURENÇO, T.F. Universidade Bio-Bio e CPB	Motricidade, 2022
9	Esporte e Inclusão: Um Estudo sobre Acessibilidade	SANTOS, M. A. G. N. dos; PEREIRA, M. UEM e Prefeitura de Ourinhos	Licere, 2023
10	Barreiras para a prática de atividade física em PcDs visual	MARMELEIRA, J.F.F.; FERNANDES, J.M.G.A.; RIBEIRO, N.C.; TEIXEIRA, J.A.; GUTIERRES FILHO, P.J.B Universidade de Évora (Portugal) e UNB	RBCE, 2018

(Construção dos autores)

RESULTADOS

Após a leitura atenta de cada artigo, buscou-se identificar a presença de cada uma das seis ideias centrais (IC) da interseccionalidade e o modelo social usado pelo autor para definir a deficiência. Os dados foram organizados na tabela abaixo.

Tabela 2: Apresenta uma sistematização da análise dos artigos em relação às ideias centrais da interseccionalidade e ao modelo de deficiência usado.

IC	<i>Desigualdade social</i>	<i>Relações de poder interseccionais</i>	<i>Contexto social</i>	<i>Relacionabilidade</i>	<i>Justiça social</i>	<i>Complexidade</i>	<i>Modelo da deficiência adotado</i>
1	Cita a identidade de PcDs como especificidade política		Considera a conquista brasileira em um contexto global de avanços para essa população	Observa a inexistência de articulação entre políticas de diferentes esferas como um problema	Considera que a categoria deficiência pode ser um instrumento de reivindicação política	Coloca o esporte dentro de um quadro complexo de acesso a direitos sociais	modelo social
2	Considera as especificidades das populações de maneira intersetorial	Expõe alianças, decisões estratégicas e relação entre agentes políticos	Contextualização global e localmente	Mapeia espaços, atores e suas inter-relações			modelo social
3	Cita especificidades de PcDs, mas não articula com outros marcadores como especificidade política						modelo social
4			Considera o contexto social global e local				modelo social
5	Considera as especificidades das populações de maneira intersetorial	Observa o poder de determinados grupos e suas influências nas políticas públicas	Traz o contexto social global e local, também a necessidade da política se adequar a contextos sócios culturais	Considera a relação e articulação entre diferentes esferas de poder		Contextualiza o esporte dentro de um quadro complexo de acesso a direitos sociais	modelo social
6							modelo biomédico

7	Considera especificidades de PcD, mas não articula com outros marcadores	Observa a importância de movimentos sociais como atores políticos	Contextualiza as políticas em cenário nacional		modelo social
8			Contextualiza em cenário local e global	Possui uma perspectiva que vai do global para o local ao considerar atores e estruturas	modelo social
9				Reconhece que o estudo pode subsidiar políticas que garantam a o acesso das PcDs	modelo social
10	Cita relações específicas estabelecidas a partir da deficiência em articulação com renda, gênero e idade		Acrescenta às análises elementos que relacionam o cenário estudado ao contexto global	Tem a intensão de subsidiar medidas para permitir maior participação de pessoas com deficiência visual	modelo social

(Construção dos autores)

DISCUSSÃO:

Após a análise dos resultados percebeu-se que nenhum dos artigos reivindica a interseccionalidade como ferramenta de análise, mas nove deles possuem elementos que remetem à perspectiva interseccional. Quatro artigos fazem análise documental de leis e documentos e um se debruça sobre a produção bibliográfica da área. Outro método bastante utilizado é o de entrevista, presente em quatro trabalhos: em dois deles os usuários são os entrevistados; e em outros dois, o foco

está na visão do gestor. Um artigo faz averiguação de instalações de esporte e lazer, para compreender as barreiras arquitetônicas.

Com relação ao modelo de deficiência adotado nos estudos, embora a bibliografia aponte que o modelo biomédico é hegemônico em nossa área (DINIZ, 2007; THOMPSON, 2011; WICKENDEN 2023), apenas uma autora usa essa perspectiva no artigo 6, onde faz um breve histórico da visão social ocidental da deficiência e estabelece como ponto final de sua retrospectiva esse trecho em destaque:

Chegando à Idade Moderna, houve uma melhora no tratamento das pessoas com deficiência, muito em razão da criação dos hospitais, dos avanços da medicina, e o surgimento de instrumentos que facilitaram a vida dessas pessoas. É nesse período que a sociedade passa a ter o entendimento de que esses indivíduos precisam de cuidados especiais” (PANACOTTO 2017, p.146).

Em contraposição, os outros nove artigos defendem o modelo social como forma de entender e explicar a experiência da deficiência em nossa sociedade. É importante apontar que a legislação brasileira conta com a participação de movimentos sociais de PcDs nas suas formulações (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020; GOMES *et al.*, 2019), o que pode explicar esse olhar atento da área sobre o modelo mais adequado para expressar a deficiência na sociedade atual e que influencia na procura por soluções para a garantia de direitos para esse público.

Mendes; Silva; Costa (2020), por exemplo, após criticarem brevemente a centralidade da lesão no modelo médico da deficiência apontam: “Em contrapartida, o modelo social compreende a deficiência como uma construção social, isto é, um estilo de vida imposto às pessoas com determinada condição peculiar, marcado pela exclusão e discriminação” (p. 102).

A partir dos resultados sintetizados na tabela 2, percebemos que os estudos analisados, com exceção de “O esporte na agenda governamental das políticas públicas para PcDs” (artigo 6), possuem pelo menos uma ideia se que aproxima da interseccionalidade. Em parte, isso pode ser explicado pelo fato de as ferramentas de análises interseccionais serem usadas em estudos de políticas públicas para PcDs de outras áreas e seus conteúdos informarem as políticas governamentais para esse público (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020; GOMES *et al.*, 2019).

A ideia da desigualdade social é usada por seis estudos analisados, quais sejam, 1, 2, 3, 5, 7 e 10, expressando a necessidade da inclusão em geral ou reivindicando um modelo universal para melhor acomodar diferentes estilos de vida. Contudo, essas ideias aparecem no sentido de particularizar a forma como a deficiência pode se articular a outros marcadores sociais (como idade, gênero, raça e classe social) e produzir opressões específicas em quatro deles, numerados como 1, 2, 5 e 10. Um exemplo desta questão em específico está no recorte de idade em intersecção com a deficiência que o texto 10 apresenta: “é importante salientar que as desigualdades que muitas pessoas

com deficiência experimentam em relação à sociedade em geral tendem a ser mais pronunciadas durante o processo de envelhecimento” (MARMELEIRA, *et al.*, 2017, p. 202).

Contextualizar os avanços da PcDs em um quadro global, mostrando a inter-relação de fenômenos em diferentes escalas que produzem e inspiram ações locais foi a ferramenta da interseccionalidade mais observada entre os estudos analisados, sete artigos trouxeram essa perspectiva. Um exemplo de como a ideia da interseccionalidade foi usada pode ser visto no primeiro artigo da tabela, no qual logo no início do texto, os autores Mendes; Silva; Costa (2022), destacam: “As políticas públicas de cunho social destinadas às pessoas com deficiência se inserem hoje em um contexto mundial de conquistas legislativas que garantiram uma série de direitos sociais a essa parcela da população” e seguem apresentando o contexto internacional e nacional desses avanços (MENDES; SILVA; COSTA, 2019, p.101).

A relacionalidade e a justiça social aparecem em três (1, 9 e 10) e dois artigos (1 e 5) respectivamente. A relacionalidade reconhece a importância da articulação de diferentes atores e estruturas para explicar a política pública da área. No artigo 5, que trata de políticas públicas e seus possíveis impactos nas Paralimpíadas de 2014, há destaque em diversas partes do texto para a importância da articulação de estruturas responsáveis em diferentes níveis pelo esporte Paralímpico, tais como Estado, Comitê Paralímpico e diferentes Órgãos Internacionais (ANDRADE; ALMEIDA; ANDRADE; MONTEIRO, 2014).

A justiça social aparece quando se reconhece a importância dos movimentos sociais para a correlação de forças que definem uma política ou quando os autores expressam a intenção de que seus estudos sejam uma ferramenta para informar as políticas públicas no sentido de garantir o direito ao esporte dessa população. O estudo de Santos; Pereira (2022), é uma análise da acessibilidade arquitetônica e física dos equipamentos de esporte e lazer da cidade de Ourinho (SP), e declara a intenção de informar a prefeitura municipal em questão, buscando melhorias.

Relações de poder interseccionais podem ser observadas em três estudos (2, 5 e 7), e busca buscam desvelar como os diferentes entes de poder são estruturados e se relacionam em determinados domínios de poder. À título de exemplo trazemos o artigo 2, cujo objetivo é expor as relações de poder interseccionais de uma cidade do estado de São Paulo, partindo de uma “visão ampliada sobre a constituição dos programas esportivos e demais políticas públicas a partir da compreensão da organização (polity), das disputas internas (politics), da política pública resultante (policy) e dos atores que compõem a rede (policy network)” (CARAVAGE; OLIVER, 2018, p.987).

A complexidade, que busca por resolução de problemas a partir de múltiplas informações e perspectivas, foi a ideia menos mencionada nos estudos, o que pode ser em partes explicado pelo fato de que a amostra é composta de estudos com objetivos acadêmicos que não tem necessariamente o

objetivo de buscar soluções para problemas existentes. Porém no artigo 1, os autores ressaltam a importância de estudos mais complexos, ou seja, de estudos que analisem de forma mais contundente os arranjos institucionais em suas diversas áreas e concluem que há uma demanda de pesquisas que traduzam a realidade do quadro das políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência a partir de uma perspectiva mais complexa: “que a ponte arranjos institucionais, capacidades estatais técnico-administrativa e político-relacionais e estudos comparativos de casos de implementações” (MENDES; SILVA; COSTA, 2018, p.124) . Contudo, como nos apontam Collins; Bilge (2021), para ser considerado um estudo interseccional é necessário que as ideias centrais se articulem dentro de análises que tenham pelo menos um dos três objetivos: (1) ilustrar as relações de poder de um cenário, (2) reconhecer que as desigualdades globais atingem determinadas populações de maneiras diferentes ou (3) trazer soluções complexas e multifacetadas para problemas sociais emergentes. Neste sentido, usar isoladamente alguma ideia central da interseccionalidade não é suficiente para caracterizar um estudo como interseccional. Portanto, além de identificar quais ideias centrais esses estudos estão se apropriando, é necessário perceber a articulação entre essas ideias com um dos objetivos descritos.

O primeiro artigo usa ideias de desigualdade social, contexto social, justiça social e complexidade, de maneira articulada com a busca de elementos para elucidar as relações de poder no cenário brasileiro (1). Por isso, podemos apontar que esse artigo usa, ainda que não declaradamente, ferramentas da análise interseccional (MENDES; SILVA; COSTA, 2020, COLLINS; BILGE, 2021). Os manuscritos 2 e 5 possuem a mesma primeira autora e identificamos em ambos a busca por elementos para se demonstrar as relações de poder dos atores do objeto dos estudos (1). No primeiro caso usa-se ideias sobre como as desigualdades podem atingir diferentes populações, relações de poder interseccional, contexto social no qual a política pública se desenrola, relacionalidade entre atores e estruturas e aponta para a necessidade de estudos que ajudem os movimentos a lutar por justiça social.

No artigo 5 observamos o uso da interseccionalidade ao se propor uma análise documental que remete a esclarecer as relações de poder interseccionais (1), a partir de levantamentos onde desigualdades sociais, relacionalidade, contexto interseccional busca pelas relações de poder em escalas diferentes se articulando e localiza o esporte no bojo de direitos sociais gerais que são negados a essa população, tornando a análise mais complexa.

Por fim, apontamos que o artigo de número 10 tem em suas análises o reconhecimento de que as barreiras para prática de atividade física não atingem todos os deficientes visuais de maneira homogênea (1), e propõe um recorte de renda e gênero e idade e reconhece a forma diferente com a qual as desigualdades globais atingem as populações (2).

Nenhum dos estudos trouxe soluções complexas para problemas sociais emergentes, embora alguns deles tenham como justificativa informar gestores e movimentos sociais. Dois deles, o 1 e o 5, reconhecem a importância dessa ideia e indicam que estudos mais complexos são necessários para que se compreenda o quadro atual da política pública para pessoa com deficiência. Tendo isso em vista, o presente trabalho considerou que nove de dez artigos analisados usam ferramentas interseccionais em suas análises, ainda que não expressem isso de maneira direta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo social da deficiência articulado com movimentos acadêmicos e militantes, como os estudos feministas, inaugura mundialmente uma perspectiva de estudos que vem sendo chamada de estudos feministas da deficiência. Essa linha teórica que tem sido presente tanto em análises acadêmicas quanto em formulações dos movimentos sociais pela garantia de direitos e possui como principal ferramenta de análise a interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2021; THOMPSON, 2011; GOODLEY, 2014; GESSER, 2020).

Embora nenhum estudo encontrado neste trabalho declare o uso das ferramentas interseccionais, a maioria dos estudos encontrados, com exceção do de número 6, podem ser considerados interseccionais quando são observados pelos critérios de Collins; Bilge (2021), pois articulam algumas das ferramentas interseccionais em suas análises.

Em parte, isso pode ser explicado pelo fato de que Leis e outros dispositivos constitucionais federais que tratam dos direitos das PcDs trazem essa visão. Também podemos considerar alguma influência de estudos de áreas próximas à política de esporte adaptado, como estudos sobre políticas educacionais, de saúde e de assistência social para PcD que possuem essas ferramentas presentes em seus estudos.

Por fim, este estudo teve a pretensão de realizar uma primeira aproximação para iniciar o debate na área, outras análises devem ser feitas para que de fato possamos compreender se e como o campo da política pública de esporte para PcDs no Brasil tem se apropriado dessa ferramenta de análise.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Andresa Caravage; ALMEIDA, Marco Bettine de; ANDRADE, Douglas Roque; MONTEIRO, Carlos Bandeira. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: perspectivas para as paralympíadas rio2016. *Gestão*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 106-127, 13 jun. 2014. Semestral. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/114318>. Acesso em: 04 nov. 2024.

- BOENTE, Alfredo; BRAGA, Glaucia. **Metodologia científica contemporânea**. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.
- BRASIL, 2009, **Decreto n. 6.949, de 25 de ago. de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 25 Maio de 2024.
- BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da PcD. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 25 de Maio de 2024.
- BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos. Brasil registra quase 52 mil denúncias de violação de direitos contra PcDs nos primeiros nove meses de 2023**. Atualizado em 19/10/2023. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/brasil-registra-quase-52-mil-denuncias-de-violacao-de-direitos-contra-pessoas-com-deficiencia-nos-primeiros-nove-meses-de-2023>. Consultado em 24/05/2024.
- CARAVAGE, Andresa; OLIVER, Fátima Corrêa. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: perspectivas para as parolimpíadas rio2016. **Movimento**, Porto Alegre, v. 3, n. 24, p. 987-1000, 13 set. 2018. Semestral. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/73957/0>. Acesso em: 04 nov. 2024.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CLEMENTE, Augusto Junior; PERINI, Márcia Rejane Chitolina; CARDEL, Daniela; MARTINEZ, Iris Nabolotnyj; ROSA, Caroline Santos da; GAVRON, Thiago Mateus. Smart cities: uma revisão de escopo no campo das ciências sociais (2015-2020). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S.L.], n. 96, p. 1-28, 2021. ANPOCS. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/bib9604/2021>
- COLLINS, Patrícia Hill.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza - 1º Edição. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRESWELL, John Ward. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativos, Quantitativo e Misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Coleção primeiros passos. Brasília: Brasiliense, 2007
- GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. Estudos da deficiência: Interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena. (orgs.). **Estudos da deficiência: Anticapacitismo e emancipação social**. p. 17-35. Curitiba: CRV, 2020.
- GIL Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6.ed.São Paulo:Atlas, 2009.
- GOMES, Ruthie Bonan; LOPES, Paula Helena; GESSER, Marivete; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 1-14, jun. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148155>.
- GOODLEY, Daniel. Dis/ability Studies: **Theorising Disablism and Ableism**. 1ª ed. Nova York: Routledge, 2014.
- GRANT, Maria; BOOTH, Andrew. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Information and Libraries Journal**, v. 26, n. 2, p. 91-108, 2009. Disponível em: [10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x](https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x)
- MACHADO, Carlos. Para além da deficiência como uma identidade: a afirmação da diferença a partir dos modos singulares do ser. **Kalagatos**, Fortaleza, vol.21, n.3, 2024, eK24065, p. 01-18. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/13902>
- MACIEL, Marcos; MENDES, Marcelo; IVO, Ana Monica; VIDIGAL, José Mauro; LÔBO, Ingrid Satisfação de usuários do programa Superar: avaliação da política pública para PcDs: evaluación de políticas públicas para personas con discapacidad. **Motrivivência**, [S. l.], v. 35, n. 66, p. 1–21, 2023. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/90719>

- MARMELEIRA, José Francisco; FERNANDES, Jorge Manuel; RIBEIRO, Nilliane; TEIXEIRA, Janaina. A; GUTIERRES FILHO, Paulo José. Barreiras para a prática de atividade física em PcDs visual. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, n. 2, p. 197–204, abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2017.12.001>
- MARTINS, Heloisa Helena. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27936>
- MENDES, Marcelo Melo; SILVA, Guilherme Paiva; COSTA, Luciana Assis. Política Pública de esporte e lazer para PcDs: um gap entre as garantias legais e a materialidade do direito. Belo Horizonte: **Licere**, v.23, n.3, set/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/41684>
- OLIVEIRA, Debora Silva.; COSTA, Luciana Assis. Avanços na Regulamentação da Política de Esporte e Lazer para as PcDs. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 22–50, 2021. DOI: 10.35699/2447-6218.2021.29493. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/29493>
- OLIVEIRA, Maria Eloísa; VARGAS, Pauline; CAPRARO, André Mendes. Revisão bibliométrica de artigos sobre futebol de cegos (2009-2022). **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**. São Paulo/SP. v15. N61.2023. Disponível em: <https://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/1310>
- OLIVEIRA, Sidney Rocha; PICCININI, Valmira Caroline. Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. **Artigos Cad. EBAPE.BR** 7 (1) • Mar 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000100007>
- PANCOTTO, Heloisa Pereira. O esporte na agenda governamental das políticas públicas para PcDs. **Conexões**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 142–171, 2017. DOI: 10.20396/conex.v15i2.8647453. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/conex.v15i2.8647453>
- PEREIRA, Loren Sales; BRITO, Cristian Miryam; RODRIGUES, Ana Amelia. O Lazer da PcD Física em Belo Horizonte: Um Estudo Preliminar. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 340–364, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/16272>
- PIRES, Carolina. **Podcast Desiguais**. Locução: Carolina Pires. Episódio #1 Mãe Beth de Oxum. Local: Spotify. 15 de maio 2024.
- SANTOS, Marcos Aurelio; PEREIRA, Marcio. Esporte e Inclusão: Um Estudo sobre Acessibilidade. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 176–206, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/45696>
- SCHMITT, Beatriz; BERDOLTI, Rafael; LEDUR, Josiana; BEGOSSI, Tauny; MAZO, Janice. Produção científica sobre esportes adaptados e paralímpicos em periódicos brasileiros de educação física. **Revista Kinesis**. Santa Maria/SC. v35. n3. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/27494>
- SILVA, Junior Vagner; SILVA, irceu Santos; SAMPAIO, Tânia Mara. Políticas Públicas de Esporte em Parques e a Inclusão de PcDs. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 339–358, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1944>
- SOUZA, Doralice Lange; CUNHA, Andressa Caroline. O perfil da produção de artigos relacionados com o esporte nos Programas de Pós-graduação em Educação Física no Brasil (2010-2016). **Movimento**, Porto Alegre, v.26,e26002,2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/90546>
- THOMSON, Rosemarie Garland. Integrating Disability, Transforming Feminist Theory. In: HALL, K. Q. (org). **Feminist disability studies**. Indiana University Press, 2011. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Integrating-Disability%2C-Transforming-Feminist-Garland-Thomson/0a50908e9d5436c6c756a75866f94b897db285a1>
- TULDER, Maurits Vanet; FURLAN, Andrea; BOMBARDIER, Clarie; BOUTER, Lex.Updated method guidelines for systematic reviews in the cochrane collaboration back review group. **Spine**, v. 28, n. 12, p. 1290–1299, 2003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12811274/>

VENCATTO, Anna Paula. Diferenças na escola. In: MILSKOLCI, Richard; BALEIRO, Fernando; LEITE JÚNIOR, Jorge. **Diferenças na Educação, outros aprendizados**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/35371127/livro_Diferen%C3%A7as_na_educac%C3%A7%C3%A3o_outros_aprendizados_Richard_Miskolci_e_Jorge_Leite_Jr_orgs_

WEEKS, Laura; STRUDSHOLM, Tina. A scoping review of research on complementary and alternative medicine (CAM) and the mass media: looking back, moving forward. **BMC Complementary and Alternative Medicine** 2008, 19(8), 43. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18638413/>

WICKENDEN, Mary. Disability and other identities?—how do they intersect? *Frontiers in Rehabilitation Sciences*, v. 4, sec. Disability, Rehabilitation, and Inclusion, 09 agosto 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37637932/>

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS – não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - não se aplica

FINANCIAMENTO

Agradecemos o financiamento da Capes

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM - não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

A autoria entende não haver conflito de interesses

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins não comerciais e compartilhar com a mesma licença.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITORA DE SEÇÃO

Luciana Fiamoncini

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Maria Vitória Duarte

HISTÓRICO

Recebido em: 11.06.2024

Aprovado em: 30.10.2024